



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0000567-66.2023.6.22.8000.

INTERESSADO: Seção de Assistência Médica e Social - SAMES

ASSUNTO: Dispensa de licitação tradicional - Aquisição de material de consumo hospitalar após dispensa eletrônica deserta - Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 286 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo iniciado pela Seção de Assistência Médica e Social - SAMES, com vistas à aquisição de material de consumo hospitalar, no qual após regular procedimento de processamento da Dispensa Eletrônica nº 29/2023 ([1069289](#)), não houve a participação de interessados.

02. Registra-se que o pedido da contratação foi elaborado pelas regras do regime jurídico da Lei nº 14.133/2021 aplicável a este Tribunal pela regulamentação que consta da Instrução Normativa TRE-RO nº 9, de 11/10/2022, nos arts. 2º e 26º, inciso VI, publicada no DJE TRE-RO nº 250, de 05/09/2022 e de observância obrigatória neste Órgão para os processos instaurados a partir de 07/11/2022 ([0934832](#)).

03. Por meio do Despacho nº 2411/2023 ([1071802](#)), o Secretário da SAOFC, considerando que a Dispensa Eletrônica nº 29/2023 restou deserta, remeteu o feito à Seção de Assistência Médica e Social - SAMES para manifestação acerca dos procedimentos a serem adotados para a aquisição dos que restaram desertos, levando ainda em consideração as possíveis medidas a serem adotadas, conforme o disposto no item 27 do anexo VIII da IN TRE-RO nº 9/2022.

04. Em sequência, a Seção de Assistência Médica e Social - SAMES solicitou autorização para realização para cotação de preços no mercado local, considerando que a dispensa eletrônica nº 29/2023 restou deserta ([1074312](#)).

05. Por conseguinte, o Secretário da SAOFC autorizou a realização de cotação de preços junto ao mercado local e remeteu o feito à Seção de Assistência Médica e Social - SAMES para realização de pesquisa de preços junto ao mercado local e elaboração da Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação - ICVEC, em atendimento ao §2º incs. II e III, art. 31 da IN 9/2022/TRE-RO, apontando a cotação de preços vencedora e as condições de habilitação da empresa ([1075008](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

06. Em cumprimento ao art. 29, § 3º da Instrução Normativa TRE-RO nº 9/2022, o SAOFC informou ainda que procedeu à abertura de processo administrativo (PSEI [0000533-91.2023.6.22.8000](#)) com a finalidade de informar e manter registros digitais atuais das despesas realizadas durante o exercício corrente e, principalmente, **aferir e evitar eventuais fracionamentos de despesas em contratações diretas, por dispensa de licitação em razão do valor**, com fundamento no art. 75, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021, seja por dispensa tradicional ou eletrônica, conforme informação juntada ao evento nº ([1066974](#)) e que tais informações serão atualizadas paulatinamente, de acordo com a abertura de novos procedimentos administrativos para o trâmite de contratações diretas por dispensa de licitação em razão do valor com esses fundamentos.

07. Assim, dando continuidade aos procedimentos, o Secretário da SAOFC encaminhou o feito à SAC para análise dos documentos da etapa de planejamento da contratação, à COFC para programação orçamentária da despesa e à AJSAOFC para emissão de parecer jurídico ([1082694](#)).

08. Para instrução do feito foram juntados os seguintes documentos ao processo:

I - Cotação de Preços nº 1/2023 - SAMES ([1081160](#)) ([1081166](#)) ([1081169](#)) ([1081170](#));

II - Documentos de habilitação das empresas cotantes:

ODONTOMED EIRELI ME CNPJ 02.474.717/0001-09: ([1087459](#)) ([1087462](#)) ([1087466](#)) ([1087467](#)) ([1087468](#)) ([1087469](#)) ([1087479](#)) ([1087483](#)) ([1087486](#)) ([1089403](#));

V & A DESCARTAVEIS LTDA CNPJ 26.125.547/0001-07: ([1087488](#)) ([1087492](#)) ([1087494](#)) ([1087495](#)) ([1087497](#)) ([1087498](#)) ([1087499](#)) ([1087500](#)) ([1089409](#));

DENTAL RONDONIA COMERCIO DE PRODUTOS CNPJ 32.053.182/0001-55 ([1087503](#)) ([1087505](#)) ([1087507](#)) ([1087514](#)) ([1087515](#)) ([1087517](#)) ([1087520](#)) ([1087521](#)) ([1087971](#)) ([1088950](#)) ([1089142](#));

MEDICAL DA AMAZÔNIA LTDA CNPJ 34.758.599/0001-49 ([1087522](#)) ([1087524](#)) ([1087525](#)) ([1087527](#)) ([1087528](#)) ([1087531](#)) ([1087536](#)) ([1087539](#));



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III - Informação Conclusiva do Valor Estimado da contratação direta - ICVEC ([1086448](#)), versão final no valor de R\$ 616,38 (seiscentos e dezesseis reais e trinta e oito centavos);

IV - Termo de Referência nº 13/2023 - SAMES - versão final, que reproduz as regras da contratação direta em razão do valor ([1089150](#)).

09. A Seção de Apoio às Contratações (SAC), após diligências, concluiu sua análise nos seguintes termos ([1089385](#)):

3- Como já registrado nesta análise, demonstrou-se a regularidade das empresas DENTAL RONDÔNIA COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI, CNPJ: 32.053.182/0001-55, para o item 01; ODONTOMED EIRELI, CNPJ: 02.474.717/0001-09, para o item 02; e V&A DESCARTÁVEIS LTDA, CNPJ: 26.125.547/0001-07, para o item 03, para contratar com a Administração Pública.

4- Após a análise formal, verifica-se que a **FASE DE PLANEJAMENTO**, constituída pelo **DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA Nº 19/2023 - PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES**, evento ([0990776](#)), pela **PESQUISA DE PREÇOS - ICVEC**, evento ([1086448](#)) e pelo **TERMO DE REFERÊNCIA (TR) Nº 13/2023 - PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES**, evento ([1089150](#)), encontram-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, para **contratação direta por dispensa**, a ser analisada pela Assessoria Jurídica da SAOFC, nos termos do art. 26, inciso V, da IN n. 009/2022-TRE-RO.

10. Sobre a programação, o Coordenador da COFC registrou a necessidade de ajustes relacionados ao plano interno e o item da despesa, remetendo assim o feito ao SAOFC para autorização ([1089439](#)).

11. Nessa esteira, por meio do despacho nº 2875/2023 ([1089441](#)), o Secretário da SAOFC autorizou o ajuste no planejamento orçamentário e novamente encaminhou os autos à COFC para a adoção das providências pertinentes.

12. A programação orçamentária da despesa no exercício de 2023 foi juntada ao processo no evento ([1089507](#)), oportunidade em que a SPOF registrou que: "Em cumprimento ao disposto no art. 16, II, c/c o § 4º, I do mesmo art., ambos da LC nº 101/2000 – LRF, informa-se que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro."



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

13. Dessa forma instruídos, vieram os autos para análise desta Assessoria Jurídica. **É o necessário relato.**

II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

14. Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI nº 0000567-66.2023.6.22.8000) até a presente data. Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO nº 11/2022, e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

15. Por sua vez, no regime jurídico da **Lei nº 14.133/2021**, encontram-se as seguintes regras no tocante à atuação da Assessoria Jurídica nos processos de contratação:

Art. 53.** Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará **controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

III - (VETADO).

§ 2º (VETADO).

§ 3º Encerrada a instrução do processo sob os aspectos técnico e jurídico, a autoridade determinará a divulgação do edital de licitação conforme disposto no art. 54.

*§ 4º Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração **também realizará controle prévio de legalidade de contratações diretas**, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos. (sem destaques no original)*

16. O presente parecer restringir-se-á aos aspectos jurídicos dos documentos e elementos que instruem a fase de planejamento da contratação, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los. Até porque, na forma do **art. 169 da Lei nº 14.133/2021**, as unidades de assessoramento jurídico, ao lado do controle interno do órgão, **integram a segunda linha de defesa** na busca de práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

III – ANÁLISE JURÍDICA

3.1 Da verificação do cumprimento dos requisitos legais da fase preparatória da contratação.

17. De acordo com o **art. 18 da Lei nº 14.133/2021**, a **fase preparatória** do processo licitatório é caracterizada pelo **planejamento** e deve compatibilizar-se com o **plano de contratações anual** também disciplinado por essa norma, devendo abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que possam interferir na contratação por meio de diversos instrumentos listados nesse dispositivo.

18. Contudo, o caso em análise não busca a realização de um certame licitatório de maior complexidade. Trata-se da via da **contratação direta, por dispensa de licitação, em razão do valor**. Para hipóteses como tais a **Lei nº 14.133/2021** elencou os documentos que devem instruir o processo de contratação. Veja-se:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no [art. 23 desta Lei](#);

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VIII - autorização da autoridade competente.

19. Para regulamentar o referido comando legal, no âmbito deste Tribunal foi editada a **Instrução Normativa TRE-RO nº 9/2022**, que disciplina as regras e procedimentos para as contratações diretas realizadas por inexigibilidade e dispensa de licitação. Assim, de igual forma, o referido normativo também dispõe:

CAPÍTULO II

PLANEJAMENTO

Art. 3º *O planejamento das contratações realizadas por meio de inexigibilidade e dispensa de licitação será composto pelos seguintes documentos, quando não dispensados parcialmente na forma regulada por esta instrução normativa:*

I - Documento de Formalização da Demanda/Solicitação de Contratação;

II - Formulário de Instituição da Equipe de Planejamento da Contratação;

III - Estudo Técnico Preliminar;

IV - Mapa de Riscos;

V - Estimativa da Despesa, a ser apurada por meio de pesquisa de preços e registrada na Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação (ICVEC), documento padronizado pelo TRE-RO no Anexo V deste normativo;

VI - Termo de Referência ou Projeto Básico e Projeto Executivo;

VII - Indicação e Ciência de Equipe de Gestão e Fiscalização de Contrato, quando houver.

§ 1º *O planejamento das contratações compete às unidades demandantes e, quando houver designação, às equipes de planejamento das contratações, às quais incumbe a elaboração dos documentos indicados no caput.*

§ 2º *A elaboração dos documentos previstos nos incisos I, V e VI do caput é obrigatória para todas as contratações diretas, exceto na ocorrência das situações previstas no inciso VIII do artigo 75 da Lei n. 14.133/2021, para as quais a elaboração poderá ser dispensada, sem prejuízo da observância, naquilo que aplicável, do § 6º desse dispositivo legal.*

§ 3º *A elaboração dos documentos previstos nos incisos II, III, e IV do caput é facultativa, a critério da unidade demandante ou decidido pelo titular da Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças (SAOFC), conforme a especificidade do objeto, a complexidade da contratação ou outros elementos que a justifiquem, registrados expressamente no processo, nos quais devem ser considerados a redução de custos da contratação (art. 21, VI, da Resolução TSE n. 23.702/2022).*

§ 4º *A elaboração do documento previsto no inciso II do caput é obrigatória nas contratações cujo planejamento contenha estudos técnicos preliminares e mapa de riscos, quando a complexidade assim exigir.*

§ 5º *A elaboração do documento previsto no inciso VII do caput será adotada nas contratações formalizadas mediante termo de contrato, quando a complexidade assim exigir.*

§ 6º *O planejamento da contratação poderá, a critério da unidade demandante ou da equipe designada, conter outros documentos considerados necessários à instrução processual.*



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

§ 7º O gestor da unidade demandante deverá, como condição para o encaminhamento do processo à SAOFC, manifestar expressa concordância com os termos da contratação proposta. (sem destaques no original)

20. Como visto pelos dispositivos acima que estabelecem os documentos da fase de planejamento das contratações diretas, cuja análise será realizada de forma individual neste parecer:

I - Poderão ser dispensados de forma justificada:

- a) a equipe de planejamento da contratação;
- b) o Estudo Técnico Preliminar; e
- c) o mapa de riscos;
- d) Equipe de Gestão e Fiscalização de contrato.

II - Por sua vez, são obrigatórios a todas elas:

- a) Documento de Formalização da Demanda/Solicitação de Contratação;
- b) Estimativa da Despesa; e
- c) Termo de Referência ou Projeto Básico e Projeto Executivo.

3.1.2 Análise da Estimativa da Despesa:

21. Verifica-se que a unidade demandante, autorizada por meio do Despacho do SAOFC ([1075008](#)) e considerando que a Dispensa Eletrônica nº 29/2023 ([1069289](#)) restou deserta, utilizou-se da via da cotação direta aos fornecedores potenciais, procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis às contratações diretas, qual seja **a) a razão da escolha do fornecedor;** e **b) a justificativa do preço (art. 72, incisos VI e VII, da Lei nº 14.133/2021)** Isso porque a possibilidade de a Administração contratar diretamente não a isenta de comprovar a regularidade dos preços e desconsiderar propostas excessivas ou inexequíveis. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU é firme em indicar que a realização de pesquisa de preços, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

22. Quanto à justificativa do preço, neste Tribunal a estimativa da despesa está disciplinada pelo art. 9º e sgs da IN TRE-RO nº 9/2022, que utiliza, por meio de seu Anexo V, um documento padronizado, denominado de **INFORMAÇÃO CONCLUSIVA DO VALOR ESTIMADO**, elaborado em harmonia com o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, atualmente regulamentado pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, havendo a unidade prestado as informações exigidas pelo referido formulário.

23. 21. No caso em análise a versão final da ICVEC foi juntado ao processo no evento ([1086448](#)) e demonstra que a cotação de preços foi expedida a diversas empresas do ramo ([1081160](#)) ([1081166](#)) ([1081169](#)) ([1081170](#)). **Em função desse resultado a unidade apresentou a seguinte avaliação, veja-se:**

II - A cotação de preços priorizou os parâmetros definidos nos incisos I e II:

() Sim

(X) Não (JUSTIFICAR): Não foram priorizadas os parâmetros dos incisos I e II, visto ter sido utilizado consulta direta aos fornecedores, pesquisa como no mínimo 4 fornecedores, considerando que o intuito dessa aquisição é realizar compra direta com o fornecedor uma vez que o objeto já restou fracassado na DISPENSA ELETRÔNICA Nº 27/2023 e deserto na Dispensa Eletrônica nº 29/2023 ([1069289](#)).

Ademais, com base no § 5º do art. 6º da IN SG/ME 65/21, **excepcionalmente**, o preço estimado para os itens 1 e 2 foi obtido com base em menos de três preços dado ao mercado local de Porto Velho-RO, para comercialização de materiais hospitalares, ser bastante restrito, assim não foi possível obter 3 cotações para os referidos itens.

III - Na pesquisa direta com fornecedores foram observados os requisitos listados no § 2º do art. 5º da IN SG/ME 65/21.

(x) Sim, todos.

() Parcialmente ou não observado (JUSTIFICAR):

24. Verifica-se que a unidade buscou realizar a cotação com diversas empresas do ramo no mercado local, considerando o certame anterior deserto.

25. Por tal motivo, resta demonstrado o cumprimento dos requisitos legais da **justificativa do preço** e da **razão da escolha do fornecedor**, representado pelas empresas ofertantes do menor preço. Nesses termos, esta unidade conclui pela adequação legal do procedimento de estimativa da despesa ao regime da Lei nº 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO nº 9/2022.

3.1.3 Do fracionamento de despesa: Inocorrência.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

26. Com o intuito de evitar eventuais fracionamento das despesas nas contratações processadas por dispensa de licitação em razão do valor fundamentadas no **art. 75, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021** - tanto por dispensa tradicional quanto por dispensa eletrônica - o GABSAOFC elaborou quadro com os registros dos processos com despesas no exercício de 2023 ([1066974](#)).

27. A aferição de eventual fracionamento tem seus contornos definidos no âmbito deste órgão pelo **§ 2º do art. 29 da Instrução Normativa TRE-RO nº 009/2022** ([0917187](#)), norma que instituiu o regime jurídico da Lei nº 14.133/2021 para os procedimentos das contratações diretas realizadas por inexigibilidade e dispensa de licitação. Tal regulamento, em harmonia com § 1º, Inciso I e II, art. 75, da Lei nº 14.133/2021, prevê de forma expressa:

Art. 29. Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do artigo anterior, deverão ser observados:

I - o somatório despendido no exercício financeiro; e

II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

§ 1º O disposto nos incisos do caput deste artigo não se aplica às contratações de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) de serviços de manutenção de veículos automotores de propriedade ou na posse do TRE-RO, incluído o fornecimento de peças, de que trata o § 7º do art. 75 da Lei n. 14.133/2021.

§ 2º Considera-se ramo de atividade a partição econômica do mercado, identificada pelo nível de subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

§ 3º A SAOFC manterá registro em meio digital com os dados dos processos de despesas do exercício corrente, que permitam aferir eventual fracionamento, para consulta de todas as unidades que atuam no processo da contratação ou juntá-los nos respectivos processos.

§ 4º Quando do enquadramento de bens, serviços ou obras nos termos das hipóteses previstas neste artigo, a autoridade competente pela autorização e a autoridade superior responsável pela adjudicação e pela homologação da contratação devem observar o disposto no art. 73 da Lei n. 14.133/2021 e no art. 337-E do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. (sem destaques no original).

28. Considerando o valor da presente dispensa em R\$ 616,38 (seiscentos e dezesseis reais e trinta e oito centavos), verifica-se que o quadro juntado no evento ([1075769](#)) **NÃO** indica qualquer violação ao limite da dispensa legal, atualmente fixado em R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos), de acordo com a atualização de valores estabelecida pelo Decreto Federal nº 11.317, de 29 de dezembro de 2022, verifica-se o atendimento ao



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

requisito insculpido no **inciso II, art. 75, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.**

3.2 Análise do termo de referência.

29. O Termo de Referência está disciplinado pelos arts. 15 e sgs da IN TRE-RO nº 09/2022, que o padroniza na forma de seu anexo VI, documento utilizado pela SAMES para disciplinar as regras da contratação pretendida ([1089150](#)). Verifica-se que a unidade cuidou de inserir no Termo de Referência todos os elementos tidos como essenciais, haja vista que alguns deles são dispensáveis, exigidos apenas para determinados objetos ou em função da sua complexidade. Destacam-se:

I - A definição do objeto para o atendimento da necessidade - Capítulo 1:

Em conformidade.

II - A previsão da contratação no Plano Anual de Capacitações de 2023 - Capítulo 2;

Em conformidade.

III - A fundamentação ou justificativa da contratação - Capítulo 3;

Em conformidade.

IV - A descrição da solução como um todo - Capítulo 4;

Em conformidade.

V - Os requisitos da contratação - Capítulo 5;

Em conformidade.

VI - Critérios de Sustentabilidade - Capítulo 6;

Verifica-se que a unidade inseriu a exigência de Autorização de Funcionamento (AFE) junto à Agência de Vigilância Sanitária aos cotantes das propostas.

VII - O modelo de execução do objeto, com os deveres e responsabilidades das partes - Capítulo 7;

Em conformidade.

VIII - Modelo de gestão do contrato - Capítulo 8;

A unidade demandante registrou a não necessidade da equipe de gestão e fiscalização, visto que por se tratar de objeto **com**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

entrega imediata, no momento do recebimento do definitivo do objeto já será possível a verificação da compatibilidade entre o fornecido pela empresa a ser contratada e o solicitado pela própria seção.

IX - Critérios de medição e de pagamento - Capítulo 09;

De acordo com o item 9.1 do TR, o contrato será substituído pela nota de empenho, situação que será analisada quando da conclusão deste parecer.

X - Reajuste contratual - Capítulo 10;

Em conformidade.

XI - A estimativa do valor da contratação - Capítulo 11;

Em conformidade.

XII - Aderência orçamentária, com indicação da fonte - Capítulo 12;

Em conformidade.

XIII - Forma de seleção do fornecedor, por meio de dispensa tradicional - Capítulo 13;

Em conformidade.

XIV - Critérios de seleção do fornecedor - Capítulo 14.

Em conformidade.

XV - Sanções Administrativas - Capítulo 15.

Em conformidade.

30. Nesses termos, esta unidade conclui pela adequação legal do termo de referência nº 13/2023-SAMES ([1089150](#)) ao regime da Lei nº 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO nº 9/2022, podendo ser aprovado pela autoridade administrativa.

IV – CONCLUSÃO

31. Pelo exposto, e por tudo o mais que consta neste processo, esta assessoria jurídica conclui pela regularidade e observância dos requisitos formais dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação, previstos no art. 72 da Lei nº 14.133/2021 e nas disposições da Instrução Normativa TRE-RO nº 9/2022, motivo pelo qual opina:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - Pela adequação legal do Documento de Oficialização da **Demanda nº 19/2023 - SAMES (0990776)**, já analisado e tido como regular por meio do **Parecer nº 213/2023 (1066912)**, da informação conclusiva valor estimado da contratação - **ICVEC**, versão final (**1086448**) e do **Termo de Referência nº 13/2023-SAMES**, versão final (**1089150**) também analisados e tidos como regulares pela **SAC (1089385)**, caso assim também entenda a autoridade competente para aprovação, na forma do item 15 do ANEXO VIII da IN TRE-RO nº 9/2022;

II - Pela possibilidade jurídica da contratação, por meio de dispensa de licitação tradicional, com fundamento no **inciso II, art. 75, da Lei nº 14.133/2021**, dos itens constantes do termo de referência citado, **diretamente** com as empresas:

DENTAL RONDÔNIA COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI CNPJ 32.053.182/0001-55 para o item 1;

ODONTOMED EIRELI ME CNPJ 02.474.717/0001-09 para o item 2;

V&A DESCARTÁVEIS LTDA CNPJ 26.125.547/0001-07 para o item 3;

No valor total de R\$ 616,38 (seiscentos e dezesseis reais e trinta e oito centavos), havendo as três cotantes do menor preço comprovado os requisitos para contratar com a Administração Pública e demais documentações exigidas, nos moldes registrados neste parecer.

Conforme já apontado no item 12 deste parecer a programação orçamentária para a despesa foi juntada no evento (**1089507**).

Considerando que o valor da contratação pretendida está situado no limite da dispensa legal, atualmente fixado em **R\$ 57.208,33** (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos), de acordo com a atualização de valores estabelecida pelo **Decreto Federal nº 11.317, de 29 de dezembro de 2022**, e que da relação contratual não resultará obrigações futuras para a contratada, entende-se perfeitamente possível substituir o instrumento de contrato pela nota de empenho, na forma prevista no caput do **art. 95 da Lei nº 14.133/2021** e com supedâneo na jurisprudência do TCU, como nos **Acórdãos 1.234/2018 e 363/2003 - ambos do Plenário e 7.125/2010 - 1ª Câmara**, que consolidou o entendimento de dispensa de instrumento para todas as contratações que não resultem obrigações futuras, principalmente dentro do limite de dispensa em razão do valor, aí incluídas



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

as inexigibilidades de licitação. **Precedente: Decisão desta administração, evento (0981838).**

32. Com precedente no **Acórdão TCU nº 1336/06-Plenário**, entende-se **desnecessária a publicação na imprensa oficial**, haja vista que o valor da contratação está abaixo do patamar da dispensa legal. Além disso, o item 28 do ANEXO VIII da IN TRE-RO nº 9/2022 estabelece que o extrato da nota de empenho - ou do contrato - juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários, serão divulgados no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO**. Contudo, em homenagem ao princípio da publicidade, constante no art. 37 da Constituição Federal, nada impede que seja feita também a **publicação no Diário da Justiça Eletrônico - DJE**.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Katibone Holanda, Assistente Jurídico**, em 04/12/2023, às 14:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor(a) Chefe**, em 04/12/2023, às 14:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1093485** e o código CRC **3C739433**.